

*Ata da 21ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 02 de junho de 2011.*

Presidência do Senhor Deputado Marcelo Nilo. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial **para discutir temáticas relacionadas ao meio ambiente, destacando a comemoração do Dia Mundial da Água e o Combate à Desertificação**, proposta pela Deputada Fátima Nunes. O Sr. Presidente convidou para compor a Mesa os (a) Srs (a): Deputada Fátima Nunes; Luiz Antônio Ferraro, Diretor de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, representando o Secretário Eugênio Splenger; Dr. Marcelo Henrique, Promotor de Justiça do Ministério Público; Célio Costa Pinto, Superintendente do Ibama; Major Machado, Comandante da Polícia Ambiental, representando o Comandante-geral, Coronel Castro; Ana Paula Leal, Superintendente de Meio Ambiente da Embasa, representando o Diretor-presidente, Abelardo de Oliveira Filho; Bento Ribeiro Filho, Diretor-presidente da Cerb; Jorge Guenna, Presidente da Reciclaíba, Programa de Coleta Seletiva da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Luís Henrique Pinheiro Silva, representando o Dr. Júlio César Rocha Mota, Diretor do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema); Nilton, representando a Articulação do Semiárido da Bahia (ASA); Adilson Bonfim Souza de Aquino, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto do Estado da Bahia (Sindae). A Deputada Fátima Nunes cumprimentou a todos, anunciou a execução de uma música do compositor e Subtenente Pires, e enfatizou a importância da participação conjunta de todos, Poder Público, sociedade civil e entidades, na preservação do meio ambiente. O Sr. Luís Henrique tratou sobre o Inema, uma nova instituição, resultado da fusão de duas autarquias, uma que cuidava da gestão de recursos hídricos, e a outra que cuidava da gestão ambiental. Ressaltou a importância da política estadual de recursos hídricos, destacando a água como elemento importante para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado, do País, e lembrou que o Governo optou por duas políticas públicas - a política do meio ambiente, desde 1981, e recentemente, a partir de 1997, a política nacional de recursos hídricos. Enfatizou a importância de regulação do acesso ao uso da água, considerando que envolve questões sociais e econômicas, e observou o valor da sociedade e de outras instituições se engajarem nessa discussão, visto que a Bahia possui em torno de 68,69% do seu território no Semiárido. Finalizou colocando o órgão à disposição, para dialogar com a sociedade no sentido de entender o papel da água nesse contexto. A Sra. Ana Paula Leal informou que a Embasa, como executora da política de

saneamento estadual, tem a missão de fornecer água em quantidade e qualidade à população, para assim garantir os benefícios às condições de saúde, e relatou que a empresa vem tendo a atenção em realizar obras, mas também vem atuando no compromisso da preservação desse recurso natural. Destacou algumas ações básicas onde a empresa atua corporativamente e em parceria com outros órgãos, e mencionou os programas e ações que vem realizando para preservar a água. Por fim, reforçou, em nome do presidente Abelardo, que o órgão quer continuar participando, ouvindo as demandas e se inserindo nos programas dentro de sua área de atuação. O Sr. Marcelo Henrique relatou a contribuição do Ministério Público na questão da preservação da água, destacando a importância de se colocar em prática uma legislação que efetivamente proteja os recursos hídricos, e ressaltou a importância da junção de esforços entre o Poder Público, as instituições e a sociedade, para evitar o grande problema da escassez da água. Comentou sobre a ocorrência de conflitos de disputa de água no interior da Bahia, situação que levou o Ministério Público a criar uma Câmara Temática de Água, com o objetivo de discutir a melhor forma de o órgão contribuir com essa temática, e informou que o órgão está criando as Promotorias de Justiça Regionais, visando defender o meio ambiente. Encerrou colocando o órgão à disposição, no que puder contribuir com esse tema. O Sr. Jorge Guenna comentou sobre o Programa Reciclaíba, um programa de coleta seletiva deste Poder, implantado há 11 anos, destinando os recursos provenientes da venda do material, para treinamento dos dependentes dos empregados da Casa e também dos terceirizados, e lembrou que no ano passado inscreveram esse programa no Prêmio Boas Práticas de Serviço Público do Governo Estado da Bahia, ficando entre os 10 melhores colocados. Encerrou colocando toda a equipe à disposição, caso queiram maiores informações. O Major Machado enfatizou a relevância da discussão em torno de questões que dizem respeito a futuras gerações. Relatou o papel da instituição em assuntos relacionados à proteção ambiental, e destacou o valor da participação popular como forma de ajudar a coibir os crimes contra a natureza. Informou que em janeiro de 2009, o Governo do Estado criou mais duas Companhias Independentes de Polícia e Proteção Ambiental, em fase de organização e que vai melhorar a fiscalização em todo o Estado, e afiançou o empenho da corporação na defesa ambiental. O Sr. Bento Ribeiro informou que a Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia é uma empresa estatal que tem a função primordial de levar abastecimento de água, em qualidade e quantidade, para a população rural, e em alguns casos específicos para as áreas urbanas, e ultimamente tem atuado na área de preservação e revitalização da Bacia do São Francisco. Comentou sobre o Programa Água para Todos, implantado pelo Governo do Estado, enfatizou o empenho da empresa em ampliar o abastecimento de água em toda a Bahia, e se colocou à disposição para qualquer

informação, bem como colocou a Cerb à disposição desta Casa, de todo o Estado da Bahia e da população baiana. A Deputada Fátima Nunes informou sobre uma exposição fotográfica na entrada do Plenário, de um fotógrafo de Canudos, com fotos que retratam o Semiárido. O Sr. Newton Freire declarou que para os pobres a água significa vida, e não se restringe apenas às questões de recursos hídricos, e lembrou que na Região do Semiárido, se localizam as nascentes dos grandes rios do Estado, que fornecem riqueza para toda a Bahia. Mencionou que a água sem tratamento e a falta de saneamento básico é responsável por seis internações hospitalares, e comentou sobre a importância do Programa Um Milhão de Cisternas, relatando com brevidade a trajetória desse programa, que obteve um maior incentivo do Governo Federal a partir de 2003. O Sr. Luís de Lima Barbosa informou que o Governo da Bahia lançou oficialmente, a partir de um decreto 11.573, de 04 de junho de 2009, o Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no Estado da Bahia (PAE-Ba), tratando sobre a estratégia, a missão, a visão de futuro e os princípios desse programa, elaborado em conjunto com 9 estados do Nordeste, mais os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, atendendo um compromisso firmado junto à convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Relatou algumas ações humanas que aceleram o processo de desertificação, e comentou sobre o desmatamento da Caatinga, um bioma que só existe no Brasil, e que na Bahia abrange 289 municípios, enfatizando que a luta contra a desertificação tem um significado importante para o Governo da Bahia, visto que corresponde a aproximadamente 87% do território. Relatou que no Semiárido nordestino já foram identificados quatro núcleos de desertificação: em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí e Ceará, e informou que a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) tem feito estudos em áreas específicas para identificar se já existe um foco ou núcleo de desertificação na Bahia. Enfatizou a importância de se pensar em ações de uso dos recursos de uma forma sustentável, com a participação do Poder Público e da sociedade civil, visto que a água é um eixo fundamental nesse programa de ações de combate à desertificação. O Deputado Marcelino Galo comentou sobre a Sessão realizada nesta manhã, para tratar sobre as matrizes energéticas, e enfatizou a relevância de se preservar os recursos naturais. Condenou o fato de o Brasil ser o maior consumidor de agrotóxico do mundo, produtos que eliminam resíduos tóxicos que contaminam as águas, e informou que já existem estudos que demonstram que já há um processo avançado de desertificação na Bahia, com 400 hectares de desertos. Teceu considerações sobre o novo Código Florestal, avaliando que, se aprovado, poderá provocar um desastre ambiental, visto que esse Código foi produzido para servir a um setor da economia, o agronegócio, e conclamou a todos para trabalharem juntos, no sentido de impedir que o Senado Federal aprove essa matéria, que muito vai contribuir

para acelerar o processo de desertificação e contaminação da água. Comentou sobre a importância da Caatinga, um bioma brasileiro e nordestino, e ressaltou a necessidade de regulamentar a produção de carvão, que muito tem contribuído para a devastação das matas. O Deputado Álvaro Gomes enalteceu a realização de sessões dessa natureza como forma do Legislativo contribuir para a preservação do meio ambiente, visto que a devastação da natureza pode acarretar em sérios prejuízos para toda a sociedade. Condenou o poder econômico, os verdadeiros predadores do meio ambiente, e defendeu o crescimento econômico sustentável e uma sociedade mais consciente. Por fim, elogiou o trabalho que o Governo do Estado tem realizado com relação à preservação ambiental e aos programas sociais de amparo ao trabalhador do campo. O Sr. Adílson Aquino cobrou o cumprimento efetivo das leis, como forma de combater algumas ações humanas que muito têm contribuído para a destruição do meio ambiente, a grande maioria relacionada ao poderio econômico. Comentou sobre a atuação do Sindae, órgão que tem um grande compromisso com a luta em favor das questões ambientais e da qualidade de vida do homem do campo, e finalizou conclamando a todos no sentido de se mobilizarem, para cobrar dos governos a aplicação das leis, possibilitando às gerações futuras um país sustentável. O Sr. Ronaldo Reis Santos, da Associação Regional de Convivência com o Semiárido (Arcas) relatou a atuação da entidade em 22 municípios da microrregião de Paulo Afonso, com o objetivo de trabalhar com os agricultores a formação e o desenvolvimento de algumas atividades de convivência com o Semiárido. Comentou sobre o Projeto Aguadas, desenvolvido atualmente em parceria com o Inema, visando melhorar a qualidade de vida e o poder aquisitivo do homem do campo, e destacou a parceria entre Governo e entidades da sociedade civil, que vêm mudando um pouco a realidade do Semiárido. O Capitão Éder Freitas, Coordenador do Projeto Guardiões da Caatinga do Estado da Bahia, considerou importante a atenção do Governo quando se visa o bioma Caatinga, e comentou sobre o trabalho de proteção realizado pela instituição da qual faz parte, que engloba um total de 45 municípios, e relatou que a instituição também contribui para capacitar trabalhadores rurais gratuitamente, com a finalidade de utilizar os recursos naturais sem denegrir o meio ambiente. Condenou os interesses apenas econômicos, em detrimento do desenvolvimento sustentável, e encerrou colocando os Guardiões da Caatinga à disposição desta Casa e toda instituição a nível Bahia, visto que querem contribuir para a preservação do bioma Caatinga. O Sr. Célio Costa Pinto comentou sobre o trabalho do Ibama, destinado à fiscalização ambiental, reforçando a importância das parcerias com outros órgãos fiscalizadores. Relatou algumas operações realizadas pela instituição, afiançando a continuidade de uma série de trabalhos de investigação e fiscalização com outros parceiros, e considerou necessária a implantação de delegacias de

meio ambiente, ponderando que a Assembleia Legislativa precisa se posicionar sobre esse assunto. Mencionando o Código Florestal, defendeu a posição do Governo Federal, de que o texto aprovado não contempla os anseios mundiais de proteção ambiental, e lembrou que, no próximo ano, o Brasil vai sediar a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, a Rio + 20, sendo este mais um motivo para reprovar esse Código. Por fim, convidou a todos para refletirem sobre a importância do meio ambiente. O Sr. Luiz Antônio Ferraro considerou o momento importante para chamar a sociedade como um todo à reflexão, avaliando que o modo de produção precisa ser repensado e transformado, através de um processo conjunto entre o Estado e a sociedade. Analisou que os prejuízos e os benefícios do processo de desenvolvimento não se distribuem da mesma maneira, e que, se todos sofressem igualmente as consequências da degradação ambiental, não haveria degradação ambiental. Ressaltou a importância de se avançar muito nas políticas ambientais, visto que existe um déficit nessa área, e mencionou alguns planos e programas do Governo em prol do meio ambiente. Comentou sobre o processo de ocupação de solo no Semiárido, tratou sobre a agricultura familiar na Bahia, e criticou o atual Código Florestal, considerando que esta Casa pode contribuir nesse processo. Por fim, declarou que, com o apoio desta Casa, de todas as organizações aqui representadas e da sociedade, é possível inserir a dimensão ambiental na prática de todas as organizações e na prática do Estado. A Deputada Fátima Nunes comentou sobre a possibilidade dos deputados usarem o mandato nessa missão contínua de melhorar o Estado em todas as áreas, juntamente com a sociedade e as organizações. Agradeceu ao Deputado Marcelo Nilo, que, como presidente da Casa e da Mesa Diretora, abriu e aprovou esta Sessão, agradeceu a todos os membros da Mesa pelas valiosas contribuições e aos demais presentes. O Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo da Bahia declarou encerrada a presente Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -